

MARANHÃO - CAPITAL - 1967

- 1º) 4.299 - acima de 8 anos na 1ª série que corresponde a (32,98% de 13.035)
- 2º) 6.836 - acima de 7 anos na 1ª série que corresponde a (52,44% do TOTAL)
- 3º) 6.115 - acima de 8 anos na 2ª série que corresponde a (68,73% do TOTAL)
- 4º) 6.023 - acima de 9 anos na 3ª série que corresponde a (75,61% do TOTAL)
- 5º) 5.272 - acima de 10 anos na 4ª série que corresponde a (79,04% do TOTAL)
- 6º) 4.650 - acima de 11 anos na 5ª série que corresponde a (80,93% do TOTAL).

ATRAZO ESCOLAR DE 4 ANOS

MARANHAO - CAPITAL

TOTAL	ABS	%
na 1ª série - acima de 10 anos	1.989	15,3
na 2ª " - acima de 11 anos	2.200	24,7
na 3ª " - acima de 12 anos	2.379	29,9
na 4ª " - acima de 13 anos	2.210	33,1
na 5ª " - acima de 14 anos	2.135	37,2

Escolas Particulares

na 1ª série - acima de 10 anos	265	11,8
na 2ª " - " de 11 "	305	18,9
na 3ª " - " de 12 "	317	21,1
na 4ª " - " de 13 "	288	21,0
na 5ª " - " de 14 "	384	28,9

Escolas Públicas

na 1ª série - acima de 10 anos	1724	16,0
na 2ª " - " de 11 "	1.895	26,0
na 3ª " - " de 12 "	2.062	31,9
na 4ª " - " de 13 "	1.922	36,3
na 5ª " - " de 14 "	1.751	39,6

na

Ataço escolar de 4 anos.

Maranhão - interior.

Matrícula até 30/4/67 no ensino primário.

<u>TOTAL</u>	<u>ABS.</u>	<u>Rel</u> <u>(%)</u>
na 1ª série - acima de 10 anos	61.479	36,7
na 2ª " - " de 11 "	21.521	53,9
na 3ª " - " de 12 "	12.003	54,2
na 4ª " - " de 13 "	6.137	50,7
na 5ª " - " de 14 "	2.534	42,8
Escolas Particulares		
na 1ª série - acima de 10 anos	4.432	30,5
na 2ª série - " de 11 "	2.229	45,2
na 3ª " - " de 12 "	2.113	53,0
na 4ª " - " de 13 "	1.326	49,9
na 5ª " - " de 14 "	863	44,4
Escolas Públicas		
na 1ª série - acima de 10 anos		
na 2ª " - " de 11 "		
na 3ª " - " de 12 "		
na 4ª " - " de 13 "		
na 5ª " - " de 14 "		



ESTADO DO MARANHÃO

São Luís, 15 de setembro de 1969.

OFÍCIO N.º

DO Ivan Muniz Carvalho - TDE do Centro de Estudos e Estatística
AO Educacional da Secretaria de Educação e Cultura do Maranhão.
Dr. Ralph V. Gerdorpf

Dr. Ralph,

Estou encaminhando a V. Excia. uma via de um Roteiro para elaboração de Projeto Educacional a fim de que seja analisado, apresentadas as sugestões necessárias e seja feitas as críticas convenientes.

Agradeceria os bons ofícios de V. Excia. se me proporcionasse essas tarefas acima referidas.

Na oportunidade, remeto os meus protestos elevados de estima e consideração distinta.

Atenciosamente,

Ivan Muniz Carvalho
Ivan Muniz Carvalho

Centro de Estudos e Estatística Educacional (CEEED)
da Secretaria de Educação e Cultura do Maranhão
- Rua Pereira Régio nº 205 - São Luís - Ma.

Roteiro para elaboração de PROJETO EDUCACIONAL

CENTRO DE ESTUDOS E ESTATÍSTICA EDUCACIONAL

Secretaria de Educação e Cultura

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE
PROJETO EDUCACIONAL

Do Setor de Estudos e Pesquisas
Do Centro de Estudos e Estatística
Educativa - Secretaria de Educa-
ção e Cultura do Estado do Maranhão
São Luís(Ma.), 11.09.69.

01. Apresentação
02. Justificativa
03. Aspectos Normativos
04. Aspectos Administrativos
05. Aspectos Técnicos
06. Aspectos Financeiros
07. Relatório Final

- i. - Apresentação - é o enfoque dos aspectos do Projeto.
- ii. - Justificativa - é a enfatização das necessidades da implantação do Projeto, explicando os benefícios sócio-econômicos para o desenvolvimento educacional e da economia em estudo.
- iii. - Aspectos Normativos:-
 - 3.1. Escopo da solicitação: adequação às normas das organizações financiadoras.
 - 3.2. Identificação com os programas de desenvolvimentos nacionais e/ ou regionais.
 - 3.3. Participação: recursos do Estado e de outros organismos (SUDENE, SUDAN, MEC, USAID, BID, BIRD, etc.)
 - 3.4. Exequibilidade
- iv. - Aspectos Administrativos:
 - 4.1. Órgãos administrativos
 - 4.2. Administração de cúpula
 - 4.3. Funções Administrativas
 - 4.4. Relações com outros órgãos de desenvolvimento
- v. - Aspectos Técnicos
 - 5.1. Localização do Projeto

5.2. METAS QUANTIFICADAS

Discriminação	Ensino Primário	Ensino Secundário	Ensino Superior
Salas de aula....			
Alunos preparados..			

5.3. METAS QUALITATIVAS

5.4. Programa de Inversões

Discriminação	EM NCr\$			
	19..		19..	
	1ºSemestre	2ºSemestre	1ºSemestre	2ºSemestre
Terreno				
Edificações....(1)..				
Equipamentos Educ...				
Mobiliário.....				
Benefit.no Terreno..				
Impostos.....				
Taxas p/projeto, su pervisão e outros serviços profissio- nais.....				
Despesas com organi- zação e administra- ção.....				
Recursos humanos externos.....				
Formação e treina- mento de pessoal...				
Contingências.....				

(1) verificar anexo o Projeto técnico e os orçamentos respectivos.

- 5.5. Seletividade e Qualificação dos equipamentos e sua determi-
nação quantitativa.
- 5.6. Arranjo Físico (lay-out geral detalhado)
- 5.7. Cronograma das Inversões
- 5.8. Ambiente de Trabalho e de estudo
- 5.9. Idoneidade e capacidade técnica dos responsáveis pela enge-
nharia do Projeto.

vi. - Aspectos Financeiros:

6.1. Estrutura dos Custos de Manutenção

6.1.1. PESSOAL

EM NCr\$

Discriminação	Mensal	Anual
1. CORPO DOCENTE:		
- salários.....		
- rem. extraordinárias.		
- encargos sociais.....		
- seguros.....		
2. - ADMINISTRAÇÃO:		
- Salários.....		
- Rem. extraordinárias.		
- Encargos sociais.....		
- seguros.....		
3. - LIMPEZA:		
- salários.....		
- rem. extraordinárias.		
- encargos sociais.....		
- seguros.....		

6.1.2. MATERIAL

Discriminação	Mensal	Anual
Material de ensino durável		
Mat. de Adm. não durável (1)		
Manutenção e serviços (2).		
Aluguéis.....		
Juros.....		
Outras despesas.....		

(1) Material de escritório e de limpeza

(2) Telefone, gás, energia elétrica, esgotos, etc.

Equipe Técnica:

- Ivan Muniz Carvalho - Economista
- José Domingos de Sousa - Acad. de Economia

6.1.3. DESPESAS SOCIAIS

Discriminação	Mensal	Anual
Hospedagem para alunos..		
Alimentação p/alunos....		
Vestiário.....		
Calçados.....		
Transportes p/alunos....		
Serviços de saúde e higiene.....		
Bolsas líquidas pagas aos alunos.....		
Outras despesas sociais.		

6.1.4. DESPESA PERÍODICAS DE INVESTIMENTO

Discriminação	Mensal	Anual
Conservações de prédios e equipamento.....		
Reparos.....		
Outras despesas correntes periódicas de investimento.....		

6.1.5. MOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS

ÓRGÃOS	VALOR - NCR\$

6.1.6. Cronograma de Desembolso



FORMA 2

MINUTA - TELEGRAMA

SR. JOSÉ CABRAL
SECRETÁRIO EDUCAÇÃO E CULTURA
SÃO LUIZ - MA

COMUNICO PRASEIROSAMENTE V.S^a. PERITO RALPH VON GERSDORFF INTERROMPERÁ
TRABALHOS JUNTO GRUPO FEDERAL MEC-BIRD A FIM ATENDER SEU ESTADO.

GIC

Ivan Muniz Carvalho
Rua Regente Bráulio nº 113
São Luís - Maranhão

019/69
Int.
São Luís (MA.), 25 de Junho de 1969.

De: Ivan Muniz Carvalho - Economista

Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação do Maranhão

À: UNESCO

Assunto: reivindicação (faz)

01. Considerando que até à presente data, embora todos os economistas proclamem o seu valor, não foi aventada, no Brasil, a exaustiva e persistente necessidade de alocação da Disciplina ECONOMIA EDUCACIONAL nos currículos das Faculdades de Economia e Filosofia das Universidades brasileiras;

02. Considerando que há tempo bem longo os economistas, sociólogos, pedagogos e estudiosos de problemas sócio-econômicos, não só no Brasil como no Mundo, vem proclamando sumariamente o valor econômico da EDUCAÇÃO, mas não se instituiu, ainda, em nosso País, a Disciplina ECONOMIA EDUCACIONAL como cátedra nos currículos das Faculdades de Sociologia, Economia, Educação e Filosofia em nossas Universidades;

03. Considerando que essa Disciplina já vem tendo, há mais ou menos dez (10) anos nos Estados Unidos e França e outros países, elevada importância e prioridade nos currículos das Escolas de Ciências Sociais e, no Brasil ainda não houve uma preocupação e nem um esforço mais sério nêsse sentido;

04. Considerando que nos últimos cento e cinquenta anos a maioria dos economistas aceitaram como dogma que os investimentos em EDUCAÇÃO rendem grandes e preventivos benefícios econômicos, todavia não foi feito quanse nada no Brasil para comprovar a tese, contentando-nos, por êrro gravíssimo, em reiterá-la simplesmente sem um estudo nem uma pesquisa mais criteriosa e exaustiva;

05. Considerando o fato de que os pedagogos não somente têm sido privados de um agudo sentido econômico, como, o que é pior, são tendentes, dada a falta de formação econômica, a um certo moralismo ou idealismo utópico, isto é, a discutir os problemas educacionais em termos puramente morais e a propor soluções puramente pedagógicas, com elevadíssimos prejuízos para a nossa Pátria;

06. Considerando que além de outros fatores relevantes a política educacional é um aspecto que tanto o economista como o educador quanse se colocam como planejadores são levados, necessariamente, a dois enfoques da Economia Educacional: a questão dos preços de produção da Educação e dos meios de financiá-la e a questão da inserção da Educação na Macro-economia.

À par destas considerações, após iniciar-me nos estudos e pesquisas dos problemas e temas relacionados com a ECONOMIA DA EDUCAÇÃO, venho reivindicar os esforços, o empenho e se possível os bons ofícios de V. Excias. no sentido de que me sejam dadas as condições necessárias a que eu possa fazer um estudo sério e profundo sobre a ECONOMIA DA EDUCAÇÃO, nem que seja aí mesmo na Guanabara, a fim de que tal disciplina seja integrante de alta importância nos currículos das Universidades Latino-Americanas.

Na oportunidade, fico sensibilizado com a certeza do atendimento, agradeço e remeto os protestos de estima, consideração e respeito.

Atenciosamente, *Ivan Muniz Carvalho*

Ivan Muniz Carvalho

Rua Regente Bráulio nº 113 - São Luís - Ma.

Elaborados os programas e tomadas as providências de ordem técnica, esbarramos, à última hora, num impedimento que, malgrado os esforços realizados, se mostrou intransponível - a não liberação de verbas da Secretaria Geral e do INEP, necessárias para a realização do Projeto.

Essa, a razão de ter sido sustado o I Ciclo de Estudos sobre o Planejamento Educacional e Organização Administrativa, conforme a comunicação oficial, já dirigida a V. Ex.^a, pelo Sr. Secretário Geral do MEC.

Os esclarecimentos que agora acrescentamos àquela comunicação visam a manifestar às Autoridades educacionais e aos técnicos com os quais vimos lidando nos vários Estados a nossa decisão de manter de pé todos os comprômisos de colaboração já assentados, e de firmá-los com os Estados que, por falta de tempo e de melhores oportunidades, ainda não se incluem no âmbito de nossas atividades. O objetivo do mencionado Ciclo de Estudos - a constituição de um staff capaz de sustentar o esforço técnico em que se baseia, em grande parte, a política educacional dos Estados - continua igualmente em nossos planos, devendo concretizar-se pela forma que, na época oportuna, se mostrar mais viável.

Com essas explicações que ofereço, em nome do Sr. Diretor do INEP e no meu próprio, apresento a V. Ex.^a.

Atenciosas saudações

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

Nº 766

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1967

Prezado Senhor,

Tenho o prazer de comunicar-lhe que a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura, em colaboração com os CEOSE (Colóquios Estaduais sobre a Organização dos Sistemas de Educação - da iniciativa do INEP e da UNESCO) e com o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, do Ministério do Planejamento), vai realizar, entre o dia 23 de outubro e o dia 21 de novembro, o 1º Ciclo de Estudos de Planejamento e Administração Educacionais.

Os documentos anexos expõem a finalidade do curso e resumem seu conteúdo.

Venho, exatamente, solicitar de V. Sª e do Conselho Estadual de Educação a sugestão de alguns nomes, entre os quais escolheremos três estagiários, na base das referências apresentadas. As pessoas escaladas serão, depois, formalmente convidadas pelo Sr. Secretário Geral do MEC.

Insistimos em que os indicados sejam:

1. pessoas com bastante dinamismo e sólidos conhecimentos pedagógicos e/ou administrativos;
2. pessoas já pertencendo ao staff da Secretaria, ou nê-le suscetíveis de ingressar, nas áreas da reforma administrativa e do planejamento. Com efeito, o curso não terá finalidade acadêmica: trata-se de um treinamento com vistas a tarefas imediatas, como a eventual reformulação da máquina da SEC e a elaboração dos planos que, no início de 1968, hão de ser preparados para 1969. E a SEC, por sua vez, deve se comprometer a utilizar plenamente êsse pessoal, depois do curso.

Na base da visita que eu fiz ao Maranhão em janeiro dêste ano, desejaríamos que Dona Elimar Figueiredo de Almeida Silva integrasse a lista dos nomes sugeridos. Os outros (3 ou 4) podiam ser de supervisoras e técnicos de educação voltados para o planejamento.

Solicitamos a remessa dessa lista por telegrama. As referências seguiriam por carta.

No tocante às despesas, é possível - ainda não certo - que o MEC peça a cada Estado uma contribuição financeira. Por exemplo, o pagamento das passagens de ida e volta dos estagiários.

Colho êste ensejo para renovar-lhe os protestos da minha mais alta consideração.

MICHEL DEBRUN
Perito da UNESCO
Membro da Comissão dos CEOSE

Ilmo. Sr.
Dr. José Maria Cabral Marques
DD. Secretário de Educação do Maranhão
Secretaria de Educação
SÃO LUÍS - Maranhão

Nº 578

Rio de Janeiro, 31 de março de 1967

Ao: Il.^{MO} Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação
do Estado do Maranhão

Do: Coordenador dos CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização
de Sistemas de Ensino)

Senhor Presidente,

Venho comunicar a V.S.^a a reformulação do plano dos Colóquios Regionais sôbre a Organização de Sistemas de Ensino (CROSE), agora transformados em Colóquios Estaduais (CEOSE), como resultado de novas pesquisas e reflexões feitas pela Comissão encarregada de sua organização. A visita que realizamos, os membros da Comissão, a todos os Estados, nos convenceu de que a eficiência dos Colóquios só poderia ser plenamente assegurada, se êles fôsem estaduais, em vez de regionais, como fôra planejado. Só assim tornar-se-ia viável o contato com todos os serviços que integram cada sistema estadual de educação, e a comunicação direta com a massa de administradores e técnicos que a êles estão vinculados.

O documento anexo esclarece, mais explicitamente, o sentido dos CEOSE, sua organização e as alterações acima referidas. A época de realização do Colóquio em cada Estado está sendo objeto de estudo e será comunicada oportunamente a V.Sa.

Atenciosas saudações,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

Nº 498

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1967

Ao: Magnífico Reitor da Universidade do Maranhão
Do: Coordenador dos CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização de Sistemas de Ensino)

Magnífico Reitor,

Venho comunicar a V.Ex.^a a reformulação do plano dos Colóquios Regionais sôbre a Organização de Sistemas de Ensino (CROSE), agora transformados em Colóquios Estaduais (CEOSE), como resultado de novas pesquisas e reflexões feitas pela Comissão encarregada de sua organização. A visita que realizamos, os membros da Comissão, a todos os Estados, nos convenceu de que a eficiência dos Colóquios só poderia ser plenamente assegurada, se êles fôsem estaduais, em vez de regionais, como fôra planejado. Só assim tornar-se-ia viável o contato com todos os serviços que integram cada sistema estadual de educação, e a comunicação direta com a massa de administradores e técnicos que a êles estão vinculados.

O documento anexo esclarece, mais explicitamente, o sentido dos CEOSE, sua organização e as alterações acima referidas. A época de realização do Colóquio em cada Estado está sendo objeto de estudo e será comunicada oportunamente a V.Ex.^a.

Atenciosas saudações,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

Nº 411

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1967

A: Srs. Membros da Comissão de Coordenação dos Colóquios Regionais sôbre Organização dos Sistemas Educacionais (CROSE)

De: Michel Debrun, Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Estado do Maranhão

Srs. Membros da Comissão,

Visitei o Estado do Maranhão, do dia 18 ao dia 20 do corrente, tendo a fazer as seguintes observações:

1. Apresentação dos CROSE:

Mesmo processo adotado em outros lugares (cf. relatórios sôbre Mato Grosso, Acre, Rondônia, Piauí). Ver no Anexo I, a lista dos participantes da reunião de apresentação.

2. Situação e Perspectivas Educacionais do Estado:

Ela me foi exposta no decorrer dos seguintes encontros:

2.1. Reunião com o Sr. Secretário de Educação, Tenente Coronel Machado de Andrade, a Diretora do Departamento de Educação, Dona Elina Figueiredo de Almeida Silva e o chefe do Departamento de Cultura, Professor Domingos Vieira Filho.

A Secretaria, no momento, envida esforços nos seguintes sentidos:

a) regionalização da escola primária: o Estado vai ser dividido em 21 centros de pesquisas educacionais e supervisão do ensino, e em cada um a coordenadora, assistida por 2 assessores, terá a faculdade de determinar a entrada dos alunos em férias, atendendo às imposições do plantio, da safra, das chuvas, etc ... (há regiões inteiramente ilhadas). Inversamente, períodos tradicionalmente de férias (mês de dezembro, janeiro, julho) poderão ser de aulas, para completar o ano letivo. Uma das principais causas da evasão escolar ficaria assim sanada.

b) organização do ensino supletivo, para pessoas de 14 anos em diante. Um programa está sendo elaborado pelo Departamento de Educação, visando a uma iniciação profissional rápida (3 anos). Tal formação se dará nos momentos ociosos da escola, ou em outros ambientes. Em cada escola será instalada uma oficina.

c) melhoria da condição do professor primário, notadamente no interior: gratificações pro labore poderão até quase duplicar os vencimentos de base.

d) entrosamento dos novos ginásios do interior (5 vão entrar em funcionamento este ano) com a comunidade que atendem: a parte vocacional (ensino agrícola, principalmente) será importante, tendo os novos estabelecimentos uma "motivação telúrica". A responsabilidade dos pais será despertada pela obrigação, para fazer inscrição dos filhos, de pertencer a uma fundação educacional (haverá futuramente uma fundação em cada município).

e) dinamização da construção escolar, graças a um sistema de retenção (5% dos pagamentos, para cada etapa da construção: são 6 etapas para os ginásios acima referidos) e de multas rigorosamente aplicadas.

f) elaboração de um novo regimento para os órgãos da Secretaria e os serviços dela dependentes), a ser realizada progressiva e empiricamente: uma nova legislação consagrará esse trabalho de aproximação, em vez de editar normas a priori.

g) planejamento educacional, em 3 níveis:

- estudos e pesquisas, a cargo de uma turma de planejamento (evocada a seguir);
- decisões tomadas por uma câmara composta dos diretores de departamentos da Secretaria;
- decisão final, da responsabilidade do Secretário.

2.2. Reunião com a turma de planejamento da Secretaria: (Otávia Pereira; - Assistente Social; Niomar das Graças Motta - Supervisora do Ensino; Maria José Mercês Farias - Prof. com curso de Capacitação Educacional; Zelira Cotrim - Curso de Pesquisas Educacionais; Dora Luzenin Matta Roma Brasil Nogueira - Prof. da Faculdade de Filosofia e do Instituto de Educação, com o curso de Orientação Pedagógica; Socorro Nina - Supervisora chefe).

Notas:**a) ensino primário:**

- na capital 31.000 crianças estão na escola (população escolarizável: 42.000); no interior, 214.000 (em 518.000 escolarizáveis);

- Há, na capital, até 55 alunos por turno; os turnos são geralmente 4, de 3 horas cada um (a não ser o de 13-15 horas, apenas de 2 horas!). No interior, geralmente 2 turnos, de 4 horas cada um.

- A 5ª série já está implantada, também no interior.

- Planejando-se um crescimento da população escolarizada de 10% em 1967, de 20% em 1968, de 25% em 1969 e de 40% em 1970, o número de crianças fora da escola seria, neste último ano, de 160.000 - mantendo-se a taxa atual de crescimento da população escolarizável, que tem sido de 8,4%, em média. (1)

- Aperfeiçoamento do corpo docente: os cursos do PAMP funcionam desde 64, nos moldes descritos para outros Estados, (1.000 leigos já foram "recuperados"); a supervisão, na capital, só cuidou até hoje dos leigos (à diferença do que acontece no interior), mas vai ser estendida este ano aos titulares.

b) o ensino normal:

Tem-se verificado uma nítida melhoria, de 1965 para cá:

- A Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério organiza cursos para formação de supervisoras (36, no curso atual); em 1966 houve também um curso para diretoras (60).

- Um Centro Educacional está projetado para este ano (mas vai funcionar mesmo?). Ele incluiria um instituto de educação (curso normal - eventualmente com pós-graduação; ginásio feminino; curso de aplicação; jardim de infância); e um centro de supervisão (para formação de supervisoras, orientadoras

(1) A taxa de crescimento da população maranhense é de 4,4% ao ano (2.500.000 de habitantes em 1960 - 3.380.000 previstos em fins de 1967). A grande discrepância com a taxa de crescimento da população escolarizável provém, sem dúvida de uma diminuição maciça da mortalidade infantil, não acompanhada no mesmo ritmo pelo aumento da esperança de vida do resto da população.

pedagógicas e diretoras). A atual Divisão de Aperfeiçoamento, passaria a cuidar só da melhoria dos professores primários (em colaboração com o PAMP, e orientando a supervisão) e secundários (o que já vem fazendo, mas de modo assistemático e precário).

- A supervisão, na capital, só cuida por enquanto dos leigos, mas vai se estender êste ano aos titulares (como é o caso no interior, já faz anos).

- Um novo curso normal 2º ciclo (noturno) público vai funcionar a partir dêste ano na capital.

c) O ensino médio:

- O aumento da matrícula, espetacular de 1964 para 1965 (de 18.500 alunos a 25.700), tem sido reduzido de 1965 para 66 (de 25.700 para 26.000), devido essencialmente ao fato de que a Campanha Nacional dos educandários gratuitos (CNEG) não criou nenhum estabelecimento novo no ano retrasado (foram criados 10 em 1965).

- As escolas da União (Colégio Industrial 1º e 2º ciclos, Escola Agrícola 1º ciclo); educandários da CNEG) e do Estado (Liceu Maranhense, cujo prédio é o único do Estado no ensino médio - vai ter uma ampliação de 11 salas até março; os 5 ginásios acima referidos, mais um ginásio em São Luiz, só funcionarão a partir de março) parecem ter um nível razoável (pelas impressões colhidas, muito superficiais), mas o resto do ensino, particular, é muito comercializado.

- Boa parte dos professores têm o curso do CADES (mas sabemos pelo Piauí e outros exemplos quanto são deficientes), mas só alguns o do CECINE (bem melhores: ver relatório Piauí). 1 professor em 7, apenas, tem formação universitária regular.

- Uma melhoria qualitativa, que vai beneficiar em primeiro lugar os novos estabelecimentos do Estado, vai ser promovida nas seguintes direções:

1. realização de uma pesquisa da consciência profissional do magistério;
2. de acordo com os resultados da pesquisa, simpósios pedagógicos;
3. atualização dos professores de matemáticas (independentemente do CECINE);
4. encontros de professores de matérias afins;
5. treinamento de professores para os ginásios vocacionais;
6. em colaboração com o MEC, realização de jornadas pedagógicas, nos municípios.

Só colhi dados, da turma de planejamento. O planejamento está encarado para muito mais tarde, dependendo também da reorganização interna da Secretaria. No que diz respeito ao passado (de 1960 para cá), não houve nenhum planejamento (a diferença é grande, aqui, com o Piauí), mas apenas listas anuais de metas, que mereceram inicialmente um certo apoio SUDENE-USAID, rapidamente cortado logo que se percebeu que as verbas tinham sido dilapidadas ou mal aplicadas.

2.3. Encontro com as Diretoras do Departamento Administrativo (Dona) e do Departamento de Recursos (Dona Rita Castro e Costa):

- São 4, no novo organograma, os departamentos da Secretaria: Educação, Cultura, Administração e Recursos. "Filtram" os problemas, apresentando-os resumidos e já praticamente solucionados, ao Secretário.

- Um cadastro dos professores de todo o Estado (ou seja: não só do próprio Estado, mas também dos estabelecimentos federais, municipais e particulares) está sendo estabelecido. Reconheceu Dona que, no momento, não é sempre possível dizer se um professor está lecionando ou não. Nem o próprio número dos professores secundários parece certo (há 1.416 recenseados, mas há "provavelmente" muitas duplicações, devido à multiplicidade dos empregos da maioria dos professores)!

- Todas as entradas financeiras (dotações orçamentárias do Estado, quotas dos Fundos Nacionais dos ensinos primário e médio, auxílios da SUDENE e da USAID) se fazem através do Departamento de Recursos, que controla também todas as saídas.

3. Planejamento Global e Planejamento da Educação:

Tive uma reunião com o Dr. Eliezer Moreira, Diretor da SUDEMA (Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão) e seus assessores, alguns deles emprestados pela SUDENE, afim de colaborar ao planejamento econômico e social do Maranhão.

Notei:

3.1. O Governo está empenhado na elaboração de um plano quadrienal, confiada à SUDEMA (ver anexo 2, Lei de 29/7/1966, criando este órgão).

3.2. O planejamento do Estado tem de se enquadrar no planejamento regional. Só que, no caso do Maranhão, a região é dúbia: Norte ou Nordeste? De fato, o Estado, até hoje contemplado pelos planos e recursos da SUDENE, está também ligado à área da SUDAM (o governador e seus principais assessores participaram, em dezembro passado, da reunião do órgão, promovida pelo MECOR - Ministério Extraordinário da Coordenação dos Organismos Regionais). Meus interlocutores insistiram longamente sobre o fato de que essa "dupla fidelidade" não implica numa situação anárquica: o planejamento que vai promover a SUDAM é menos de integração interna da bacia amazônica do que de incentivo à produção (basicamente similar) de todos os Estados e Territórios que a compõem; a complementação, pois, há de se verificar entre essa região, considerada como um todo essencialmente fornecedor (por bastante tempo ainda) de matérias primas e de alimentos (com possibilidade de um certo beneficiamento) e certas áreas ou serviços do Nordeste, fornecedores de bens mais elaborados (borracha sintética, cimento, etc..., de Pernambuco) e de energia elétrica (Paulo Afonso, Boa Esperança).

3.3. Os problemas suscitados pelo entrosamento do planejamento global e do planejamento educacional estão claramente percebidos pelos responsáveis do planejamento global. Caso surgisse um conflito, a SUDEMA teria certamente, frente às aspirações dos educadores, poderes superiores aos do MEPCE frente ao MEC: pela Lei criadora que a estrutura (artigo 14), "A partir do exercício de 1967, inclusive o Orçamento Geral do Estado consignará às Secretarias de Estado e demais órgãos do Executivo, apenas

os recursos para despesas correntes, e outras destinadas à aquisição de máquinas e equipamentos, material permanente e manutenção ou conservação dos serviços criados, de acôrdo com os programas integrantes do Plano do Governo." Ou seja: todo planejamento setorial há de se integrar estreitamente no planejamento estadual global, pelo menos no que diz respeito à utilização de recursos estaduais (não ficou bem clara a situação dos fundos do P.N.E. neste particular). É verdade, porém, que o orçamento-programa para os "Serviços em Regime de Programação Especial" (artigo 13) há de ser estabelecido pela SUDEMA em colaboração com as Secretarias de Estado (artigo 15), e que, por outro lado, cada secretário é membro do Conselho Deliberativo da SUDEMA.

Não me pareceu que, no equacionamento dos problemas a médio e longo prazo, os educadores fôssem, por sua vez, perfeitamente consciente das possibilidades, mas também das dificuldades e imposições, que vai implicar a integração crescente do planejamento da educação ao planejamento global.

4. O Convênio SUDENE-USAID - Instituto de Serviço Público da Universidade Federal da Bahia - para melhoramento das práticas administrativas dos Estados do Nordeste. (Anexo 3).

Tive uma reunião com a Professôra Iracy Castro Silva, Chefe do Escritório Regional do Instituto de Serviço Público da U.F.B., coordenadora do convênio no Maranhão (outro coordenador é o Dr. Eliezer Moreira), que esclareceu:

4.1. O Instituto de Serviço Público da U.F.B., criado graças à colaboração da SUDENE e da USAID, passou há poucos anos a ser regional. Então que foi firmado o convênio acima, que idealizou 4 etapas, para cada Estado:

- a) apresentação de documentos sôbre todos os setores sociais e econômico, e treinamento de administradores;
- b) projetos de reestruturação administrativa;
- c) implantação dos projetos;
- d) assessoria permanente às administrações estaduais.

4.2. A primeira fase se desenrola atualmente no Maranhão, sob a forma de "Seminários Para Formulação de Políticas Governamentais", reunindo especialistas locais e de fora; e, paralelamente, de cursos para o treinamento quer de especialistas de administração geral (em geral assessores de Governo) quer de auxiliares de levantamento - todos êles indicados pelas Secretarias de Estado.

4.3. Os seminários, por sua vez, comportam várias etapas (Anexo 3). Por enquanto realiza-se um seminário relativo às infraestruturas econômicas, com a participação de 50 elementos do Estado, e de 20 de fora.

4.4. Simpósios e cursos de treinamento interessam, evidentemente, ao campo educacional:

- O Simpósio sobre "Infraestrutura Social" (que inclui a educação) terá lugar do 20/2 ao 24/2.
- 2 assessores e 2 auxiliares de levantamento estão atualmente treinados, com vistas à sua colaboração ao planejamento educacional.
- A reforma administrativa, que decorrerá das 4 fases acima referidas, englobará o setor educacional.

5. Perspectivas dos CROSE no Estado do Maranhão

5.1. Não há nenhum elemento-chave que apareça desde já capaz, como em outros lugares: primeiro, de garantir uma boa receptividade para os CROSE e a coerência da equipe através de 5 meses; segundo de tornar práticas as ilações dos colóquios. O Secretário de Estado, apesar da sua boa vontade, não está ainda entrosado com os problemas educacionais (e pode, aliás, ser substituído de um dia para outro, como êle próprio me disse). A sua presença neutraliza, por outro lado, qualquer elemento com vocação de liderança (como parece ser o caso de Dona Elina).

5.2. Como na maioria dos Estados pouco desenvolvidos, o sistema educacional fica na dependência da Secretaria de Educação, não havendo lugar (por enquanto, mas talvez os CROSE pudessem atuar nesse campo) para uma ação relativamente autônoma do C.E.E.

5.3. As potencialidades de melhoria do sistema educacional, em decorrência dos CROSE, são todavia amplas, e bastará que surja um elemento cristalizador, até março ou no decorrer dos próprios CROSE, para que se atualizem. Com efeito, verificam-se:

- grandes necessidades;
- uma taxa já razoável de crescimento, e um mínimo de diferenciação do sistema educacional (à diferença do que acontece no Acre ou em Rondônia, por exemplo), permitindo que tais carências sejam levadas na devida consideração, com vontade e possibilidades efetivas de saná-las.

5.4. Os pontos estratégicos para os quais os CROSE deveriam despertar a atenção são, a grosso modo, os mesmos do Piauí: necessidade da continuidade do sistema educacional e da sua integração às exigências do desenvolvimento sócio-econômico; possibilidades, sem grandes despesas, de novas melhorias qualitativas, nos ensinos primário (a muito curto prazo) e médio (a prazo maior, porém mais curto do que o necessário no Piauí, por exemplo).

Não falei do ensino superior. Troquei algumas idéias com os professores deste nível presentes na palestra de apresentação dos CROSE, mas não tive tempo de entrar no mérito do projeto de criação da universidade maranhense, por reunião de estabelecimentos públicos (federais) e particulares (idéia inédita no Brasil), nem de manter um encontro com o Sr. Josué Montello, membro do C.F.E., que acabava de chegar à São Luiz especialmente para debater as linhas diretrizes dessa estruturação. Acredito que os problemas relativos ao corpo docente não devem ser muito diferentes dos existentes nos Estados pouco desenvolvidos: o que faz com que o ensino superior só poderá deslanchar quando houver realmente necessidade dêle. Mas, no caso do Maranhão, essa exigência se afirma muito mais próxima do que em outros lugares, em razão, simultaneamente:

- da demanda, atual ou potencial, já muito importante (há 110 cursos de ensino médio no Estado);
- do crescimento maciço dessa demanda daqui a alguns anos, em decorrência da criação dos novos ginásios (ou seja, dos novos colégios que vão implicar em breve);

- das necessidades objetivas da região, em função do próximo plano quadrienal, em particular no referente a:
 - a) escolas superiores agrícolas e veterinárias;
 - b) técnicos de nível intermediário (do tipo formado na França pelos "Instituts Universitaires de Technologie"), indispensáveis ao crescimento e à melhoria de algumas indústrias de transformação (farinha de peixe, tratamento das madeiras, das carnes de exportação, etc ...).

Acho, por essas últimas razões, que seria conveniente que um ou outro jovem do ensino superior científico participasse aos CROSE.

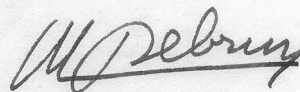
5.5. Parece-me que o responsável local pelos CROSE devia ser a Prof^a Elima de Figueiredo de Almeida Silva, inspiradora da maior parte das idéias expostas em 2.

5 outros participantes:

- 1 representante do ensino superior, de preferência, também, membro do C.E.E.;
- 1 representante do ensino médio (que poderia ser o Prof. Ronald Carvalho, Vice-Diretor da Escola Técnica Federal de São Luiz, que manifestou interêsse particular pelos CROSE;
- 1 Supervisora, que podia ser a Supervisora-Chefe;
- A Diretora do Departamento Administrativo;
- 1 elemento da turma de planejamento.

Haveria evidentemente de remodelar êsse esquema, caso o Secretário (que até o momento não parece muito interessado), ou seu eventual sucessor, decidisse participar.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atenciosamente.



ESTADO DO MARANHÃO - ANEXO I

Relação das pessoas que participaram da palestra do Prof. MICHEL DEBRUN
no Conselho Estadual de Educação.

- Dr. JOSÉ SERRÃO - Presidente da Associação Médica Maranhense
Prof. da Faculdade de Medicina.
- Dr. PEDRO NEIVA DE SANTANA - Secretário de Finanças
Prof. da Faculdade de Medicina.
- Ten. Cel. JOSÉ SALES DE ANDRADE SOUZA - Secretário de Educação
- Dra. ELIMAR FIGUEREDO DE ALMEIDA SILVA - Diretora do Departamento de Educação
- Prof. DOMINGOS VIEIRA FILHO - Diretor do Departamento de Cultura
- Prof.ª ROSÁRIO NINA DE ARAUJO COSTA - Diretora do SENAC
- Dr. JOSÉ M. MARTINS - Diretor da Faculdade de Filosofia
- Prof. RONALD CARVALHO - Vice-Diretor da Escola Técnica de São Luiz
- Dra. DAGMAR DESTÉRRO E SILVA - Prof.ª da Faculdade de Filosofia
- OTÁVIA PEREIRA - Assistente Social
- BIOMAR DAS GRAÇAS MOTTA - Supervisora de Ensino
- MARIA JOSÉ MERCÊS FARIAS - Prof.ª, com Curso de Capacitação Educacional
- ZELIRA COTRIM - Curso de Pesquisas Educacionais
- Dra. LUZERIA ROMA BRASIL NOGUEIRA - Prof.ª da Faculdade de Filosofia e do
Instituto de Educação com o curso de
Orientação Pedagógica.
- SOCORRO NINA - Supervisora-Chefe

ESTADO DO MARANHÃO - LISTA DOS ANEXOS

- ANEXO I: - Relação das pessoas que participaram da palestra do Prof. MICHEL DEBRUN no Conselho Estadual de Educação.
- Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação.
- ANEXO II: - Lei de Estruturação da SUDEMA
- ANEXO III: - Convênio SUDENE - USAID - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA INSTITUTO DE SERVIÇO PÚBLICO - para melhoramento das práticas administrativas governamentais dos Estados do Nordeste.

Nº 342

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1966

Ao: Ex^{mo} Sr. Dr. José Maria Cabral Marquez,
Magnífico Reitor da Universidade do Maranhão

Do: Dr. Carlos Correa Mascaro,
Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Magnífico Reitor,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a a realização, sob os auspícios do INEP, a partir de março próximo, dos Colóquios Regionais sobre a Organização de Sistemas Educacionais, destinados a administradores e técnicos que estão a serviço da educação em todo o país.

A Lei de Diretrizes e Bases fixou uma nova sistemática de educação no Brasil, com repercussão na sua filosofia, bem como na sua organização e administração. De resto, cabe a esta exprimir aquela, na medida em que depende do aparelho institucional a eficácia dos novos propósitos formulados na Lei.

Fôrça é constatar, todavia, a desconexão persistente, depois da Lei, entre os dois planos: o das intenções nela expressas, ou implícitas, e o das condições institucionais de sua aplicação. Consciente de suas funções específicas, cuida o INEP - órgão de pesquisa e estudo da educação brasileira em todos os seus níveis e modalidades - de colaborar no sentido de que seja preenchido êsse intervalo entre o sistema estatuído e o aparelho executor, indicando, realísticamente, os caminhos abertos à Administração para atingir os propósitos da nova política educacional brasileira. E não visa a fazê-lo através de elaborações de gabinete, mas constituídas ao contato com os fatos e as pessoas ligadas ao processo educacional. No que concerne ao ensino primário e médio, a sua vinculação aos Estados nos sugeriu a conveniência de sistematizar êsse contato no nível e no âmbito dos próprios Estados, reunidos em colóquios regionais.

Estendendo-se os objetivos dos CROSE a todos os níveis de ensino, esperamos constituam êles uma oportunidade de análise aprofundada, também, do ensino superior, nos seus aspectos institucionais, pedagógicos e financeiros; por essa razão, estimaríamos contar com a presença de representantes dessa Universidade, recaindo a escolha, a juízo de V. Ex.^a, sôbre aquêles cuja experiência e atuação mais os qualifiquem para essa missão. Embora desejássemos a participação dessa Universidade em todos os Colóquios, poderá V. Ex.^a, se julgar conveniente, limitá-las aos temas que direta ou indiretamente interessem ao ensino superior.

Tendo em vista a soma de encargos que êsse empreendimento comporta, instituímos uma Comissão Executiva dos Colóquios, coordenada pelo antigo Diretor do Ensino Superior, e atual membro do Conselho Federal de Educação, Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, especialmente convidados para êsse fim. Compõem a Comissão, pelo lado brasileiro, além do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, os professores Paulo de Almeida Campos e Eulina Carvalho, e pelo lado da UNESCO, os professores Michel Debrun, Pierre Furter e o economista Jacques Torfs.

Cabe-me, nesta oportunidade, apresentar a V. Ex.^a o Prof. Michel Debrun, o qual foi encarregado pelo INEP de levar pessoalmente a V. Ex.^a e às demais autoridades educacionais dêsse Estado, uma visão detalhada de nossos objetivos, assim como de recolher todos os elementos de informação que possam assegurar objetividade aos nossos estudos. O referido professor poderá, igualmente, oferecer maiores esclarecimentos sôbre o temário e o cronograma que acompanham êste ofício, assim como sôbre a forma de participação dessa Universidade.

Apresento a V. Ex.^a, neste ensejo, os protestos de minha distinta consideração.

Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Nº 330

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1966

Ao: Ex^{mo} Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação
do Maranhão

Do: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a a realização, sob os auspícios do INEP, a partir de março próximo, dos Colóquios Regionais sobre a Organização de Sistemas Educacionais, destinados a administradores e técnicos que estão a serviço da educação em todo o país.

A Lei de Diretrizes e Bases fixou uma nova sistemática de educação no Brasil, com repercussão na sua filosofia, bem como na sua organização e administração. De resto, cabe a esta exprimir aquela, na medida em que depende do aparelho institucional a eficácia dos novos propósitos formulados na Lei.

Fôrça é constatar, todavia, a desconexão persistente, depois da Lei, entre os dois planos: o das intenções nela expressas, ou implícitas, e o das condições institucionais de sua aplicação. Consciente de suas funções específicas, cuida o INEP - órgão de pesquisa e estudo da educação brasileira, em todos os seus níveis e modalidades - de colaborar no sentido de que seja preenchido esse intervalo entre o sistema estatuído e o aparelho executor indicando, realísticamente, os caminhos abertos à Administração para atingir os propósitos da nova política educacional brasileira. E não visa a fazê-lo através de elaborações de gabinete, mas constituídas ao contato com os fatos e as pessoas ligadas ao processo educacional. No que concerne ao ensino primário e médio, a sua vinculação aos Estados nos sugeriu a conveniência de sistematizar esse contato no nível e no âmbito dos próprios Estados, reunidos em colôquios regionais.

Têm, pois, os CROSE, três objetivos essenciais: 1) a elucidação mais ampla possível da Lei de Diretrizes e Bases, bem como da legislação e dos atos administrativos que a complementam; 2) a análise aprofundada da atual problemática educacional em nosso país; 3) a colaboração técnica do MEC com as Secretarias de Educação e os Conselhos de Educação dos Estados, no esforço que vêm realizando no sentido de atualizar os respectivos sistemas educacionais, de acôrdo com os imperativos do desenvolvimento nacional.

Tendo em vista a soma de encargos que êsse empreendimento comporta, instituímos uma Comissão Executiva dos Colóquios, coordenada pelo antigo Diretor de Ensino Superior, e atual membro do Conselho Federal de Educação, Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, e constituída por técnicos brasileiros e técnicos da UNESCO, especialmente convidados para êsse fim. Compõem a Comissão, pelo lado brasileiro, além do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, os professores Paulo de Almeida Campos e Eulina Carvalho, e pelo lado da UNESCO, os professores Michel Debrun, Pierre Furter e o economista, Prof. Jacques Torfs.

Cabe-me, nesta oportunidade, apresentar a V. Ex.^a o Prof. Michel Debrun, o qual foi encarregado pelo INEP de levar pessoalmente a V. Ex.^a e às demais autoridades educacionais dêsse Estado, uma visão mais detalhada de nossos objetivos, assim como de recolher todos os elementos de informação que possam assegurar objetividade aos nossos estudos. O referido professor poderá, igualmente, oferecer maiores esclarecimentos sôbre o temário e o cronograma que acompanham êste ofício, assim como sôbre a forma de participação dêsse Conselho.

Apresento a V. Ex.^a, neste ensejo, os protestos de minha distinta consideração.

Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Nº 323

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1966

Ao: Ex^{mo} Sr. Secretário de Educação do Estado do Maranhão

Do: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a a realização, sob os auspícios do INEP, a partir de março próximo, dos Colóquios Regionais sobre a Organização de Sistemas Educacionais, destinados a administradores e técnicos que estão a serviço da educação em todo o país.

A Lei de Diretrizes e Bases fixou uma nova sistemática de educação no Brasil, com repercussão na sua filosofia, bem como na sua organização e administração. De resto, cabe a esta exprimir aquela, na medida em que depende do aparelho institucional a eficácia dos novos propósitos formulados na Lei.

Fôrça é constatar, todavia, a desconexão persistente, depois da Lei, entre os dois planos: o das intenções nela expressas, ou implícitas, e o das condições institucionais de sua aplicação. Consciente de suas funções específicas, cuida o INEP - órgão de pesquisa e estudo da educação brasileira, em todos os seus níveis e modalidades - de colaborar no sentido de que seja preenchido esse intervalo entre o sistema estatuído e o aparelho executor indicando, realísticamente, os caminhos abertos à Administração para atingir os propósitos da nova política educacional brasileira. E não visa a fazê-lo através de elaborações de gabinete, mas constituídas ao contato com os fatos e as pessoas ligadas ao processo educacional. No que concerne ao ensino primário e médio, a sua vinculação aos Estados nos sugeriu a conveniência de sistematizar esse contato no nível e no âmbito dos próprios Estados, reunidos em colóquios regionais.

Nº 843

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1967

Ao: Dr. José Sales de Andrade Souza
DD. Secretário de Educação do Maranhão

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CEOSE

Assunto: Adiamento do 1º Ciclo de Estudos sôbre o Planejamento Educacional

Senhor Secretário,

A Comissão Executiva dos CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização de Sistemas de Educação), constituída pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos com técnicos brasileiros e da UNESCO, depois dos encontros realizados, em vários Estados, com administradores e técnicos no campo da educação, reconheceu a necessidade de um levantamento conjunto dos dados recolhidos de tais experiências, e das análises que sôbre elas vinha elaborando essa mesma Comissão. Reconheceu, igualmente, que êsse levantamento deveria realizar-se sob a forma de seminário, com a colaboração do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e com a participação de representantes de todos os Estados, devendo a escolha dêstes recair sôbre pessoas-chave em cada sistema estadual de educação. O temário deveria abranger os problemas da organização administrativa e do planejamento educacional, formulados à luz das condições específicas que caracterizam a política educacional.

Tendo a Secretaria Geral do MEC alguns propósitos semelhantes aos que acabo de mencionar, especialmente em relação à habilitação técnica das pessoas encarregadas do planejamento educacional nos Estados, foi constituída, sob a presidência do Sr. Secretário Geral, o INEP (CEOSE) e o IPEA.

Têm, pois, os CROSE, dois objetivos essenciais: 1) a elucidação mais ampla possível da Lei de Diretrizes e Bases, bem como da legislação e dos atos administrativos que a complementam; 2) a colaboração técnica do MEC com as Secretarias de Educação e os Conselhos de Educação dos Estados, no esforço que vêm realizando no sentido de atualizar os respectivos sistemas educacionais, de acordo com os imperativos do desenvolvimento nacional.

Tendo em vista a soma de encargos que esse empreendimento comporta, instituímos uma Comissão Executiva dos Colóquios, coordenada pelo antigo Diretor do Ensino Superior, e atual membro do Conselho Federal de Educação, Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, e constituída por técnicos brasileiros e técnicos da UNESCO, especialmente convidados para esse fim. Compõem a Comissão, pelo lado brasileiro, além do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, os professores Paulo de Almeida Campos e Eulina Carvalho, e pelo lado da UNESCO, os professores Michel Debrun, Pierre Furter e o economista Jacques Torfs.

Cabe-me, nesta oportunidade, apresentar a V. Ex.^a o Prof. Michel Debrun, o qual foi encarregado pelo INEP de levar pessoalmente a V. Ex.^a e às demais autoridades educacionais desse Estado, uma visão mais detalhada de nossos objetivos, assim como de recolher todos os elementos de informação que possam assegurar objetividade aos nossos estudos. O referido professor poderá, igualmente, oferecer maiores esclarecimentos sobre o temário e o cronograma que acompanham este ofício, assim como sobre a forma de participação desse Estado.

Solicito a V. Ex.^a a gentileza de facilitar ao Prof. Michel Debrun os contatos indispensáveis ao desempenho de sua missão, dentro do curto prazo de que dispõe.

Apresento a V. Ex.^a, neste ensejo, os protestos de minha distinta consideração.

Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP